

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Gaspar se posicionou sobre decisão do Senado

“Briga de facções no Senado”, analisa ex-vereador I

A rejeição do Senado à indicação de Jorge Messias a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou repercussão nas redes sociais, sobretudo de favoráveis e contrários à decisão. Mas, entre as excessões que optaram pela terceira via, indicando que a primeira e a segunda são o sujo falando do rasgado e o roto do mal-lavado, encontra-se o analista político de Campinas, Paulo Gaspar, ex-vereador (2021-2024) da cidade, então pelo partido Novo. “Enquanto você acredita que foi uma vitória da Direita sobre a Esquerda eles estão todos juntos e misturados e cada um defendendo apenas seus interesses políticos. No fundo a única verdade é que se trata de briga entre facções dentro do Congresso”.

“Briga de facções no Senado” II

Segundo Gaspar, a disputa foi “fruto da articulação de Alcolumbre, que não havia conseguido colocar Augusto Aras no STF e, agora, batalhava para emplacar o amigo Rodrigo Pacheco”, mas que foi derrotado pelo governo, “que optou por indicar Messias”. O ex-vereador lembra ainda que “Alcolumbre reclamou que não havia sido consultado sobre a decisão de Lula”, que “Vieira e Mendonça eram a favor da indicação de Messias, e Moraes, contra”.

Moara Semeghini



Funcionário da Prefeitura defende corte das árvores

Conflito de interesses I

O corte de árvores na Praça do Coco, no distrito de Barão Geraldo, transcendeu a zeladoria urbana e se tornou um embate entre o rigor técnico e a conveniência política. De um lado, laudos emitidos por pesquisadores da Unicamp, cujas conclusões fundamentam-se em critérios científicos, metodologias de análise biológica e estudos de impacto ambiental - gozando de imparcialidade, baseada em evidências fáticas e não em impressões subjetivas ou de interesses de gabinete.

Conflito de interesses II

Mas, por outro lado, há a defesa dos cortes das árvores feita por Vagner dos Santos Belini, que carece de qualquer autoridade moral e de isenção para fazê-lo, já ele que é diretor da Mata Santa Genebra e funcionário direto da administração de Dário. Soma-se a isso, o fato dele não ser servidor de carreira, mas, sim, de ocupar um cargo justamente por ter indicação política.

PINGA-FOGO

Finalmente I

A iniciativa da Câmara ao propor a Semana de Homagem aos Pracinhas Campineiros no calendário oficial da cidade é um acerto institucional, diante de um histórico de sessões solenes descabidas e desprovidas de relevância pública, como a de Perminio Monteiro (PSB-SP), que homenageia um bar.

Finalmente II

A valorização da memória dos combatentes, inclusive que deram a própria vida na Itália, surge como restauração à dignidade das honrarias legislativas locais, estabelece um marco para o reconhecimento histórico da participação de Campinas no esforço bélico internacional, que venceu a 2ªGM

Finalmente III

Em vez de dissipar o parlamento com condecorações banais, opta agora por formalizar o respeito àqueles que enfrentaram o totalitarismo de Mussolini e Hitler em solo europeu, recuperando o propósito original da Casa em celebrar exemplos de civismo e de sacrifício coletivo

Finalmente IV

A relevância fundamenta-se na participação direta de 328 militares de Campinas que integraram o contingente de mais de 25 mil brasileiros na guerra. A atuação campineira no confronto é um capítulo de bravura que, até então, carecia de um espaço de celebração contínua e oficial à altura do impacto histórico de tão nobres cidadãos

Finalmente V

A Semana também presta tributo à Associação dos Expedicionários Campineiros - a entidade mais antiga do gênero no Brasil e que é responsável pela preservação de um acervo que documenta a vitória campineira sobre as divisões alemãs na luta pela garantia das liberdades democráticas no mundo ocidental

Finalmente VI

A decisão de priorizar a história dos Pracinhas em detrimento a homenagens inócuas atende ao anseio de seriedade na gestão da memória pública. É imperativo que o reconhecimento de feitos históricos de tamanha magnitude prevaleça e seja transmitido às futuras gerações campinenses



Banca do Alemão, uma das mais tradicionais do Centro

Paço tem até dia 17 para dar solução sobre bancas

Ministério Público estipulou o prazo para Prefeitura responder

Da Redação

A Prefeitura tem até o dia 17 para apresentar ao Ministério Público de São Paulo (MPSP) soluções sobre a permanência das bancas na região central. O despacho emitido pela promotoria no dia 27 de abril estabeleceu um prazo de 20 dias para que a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo informe as medidas que serão adotadas junto à Setec (autarquia responsável pelo solo público) para regularizar as 51 bancas instaladas no Centro Histórico. A resposta deverá conter um cronograma executivo detalhado, especificando quais bancas poderão permanecer mediante adequação e quais deverão ser realocadas para pontos que não apresentem restrições de tombamento. O MP enfatiza que o cumprimento da lei de proteção ao patrimônio não é opcional e que a negligência pode configurar omissão administrativa.

Entre os riscos citados, a aplicação de multas diárias elevadas, o ajuizamento de ações civis públicas e até a responsabilização direta nas esferas cível e criminal de agentes públicos e dos próprios permissionários das bancas.

A abrangência geográfica do impasse inclui o Largo do Rosário, a Praça Carlos Gomes, a Praça Rui Barbosa, a Praça Bento Quirino e o Largo do Pará.

A movimentação do MP ganhou força após o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) ter

formalizado que as permissões atuais foram concedidas originalmente sem a devida anuência técnica dos órgãos competentes de preservação. Segundo os registros administrativos disponíveis, as autorizações de funcionamento para foram emitidas nas décadas de 1980 e 1990, quando o ordenamento jurídico municipal e estadual ainda não exigia a obrigatoriedade de uma análise técnica prévia por parte dos conselhos de patrimônio para a instalação desse tipo de mobiliário urbano em áreas protegidas.

Protestos

O cenário acabou criando um conflito administrativo e jurídico entre o direito fundamental ao exercício do trabalho dos permissionários e a obrigação do poder público em zelar pelo acervo arquitetônico da metrópole. Há poucas semanas, a Prefeitura havia anunciado a suspensão temporária da ordem de remoção imediata, que havia provocado uma onda de protestos por parte dos comerciantes. Na ocasião, o governo optou pela criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para mediar o impasse e estabelecer novos critérios técnicos e urbanísticos que permitam a convivência das bancas com as normas de tombamento.

Os comerciantes argumentam que sempre atuaram dentro da legalidade, mantendo suas taxas municipais rigorosamente em dia e contando com o apoio institucional da Câmara Municipal.